

QUESTÕES

1. Conforme entendimento recente do Supremo Tribunal Federal sobre o art. 16 da Lei n. 7347/1985, a sentença de procedência do pedido proferida em sede de ação civil pública:

a) tem seus efeitos circunscritos à competência territorial do órgão prolator de 1º grau, mesmo que confirmada pelo acórdão de 2º grau;

b) tem seus efeitos circunscritos à competência territorial do órgão prolator de 1º grau, salvo se confirmada pelo acórdão de 2º grau, caso em que a eficácia da decisão se estenderá pela competência territorial do próprio Tribunal;

c) não tem seus efeitos circunscritos à competência territorial do órgão prolator de 1º grau, tendo eficácia para além dela se observada a regra de competência do art. 93 do CDC;

d) não tem seus efeitos circunscritos à competência territorial do órgão prolator de 1º grau, estendendo seus efeitos, independentemente do local de ajuizamento da ação, em favor de todos aqueles que porventura dela queiram se beneficiar.

2. São requisitos da cumulação de demandas executivas:

I – identidade de devedores.

II – competência absoluta do juízo para o conhecimento de todas as demandas cumuladas.

III – identidade de procedimentos executivos.

IV – que todos os títulos sejam da mesma natureza e espécie.

Assinale a alternativa correta:

a) toda as afirmações são corretas

b) são corretas apenas as afirmações I, II e III

c) são corretas apenas as afirmações I e II

d) são corretas apenas as afirmações III e IV

3. Sobre o recurso de Agravo de Instrumento, assinale a alternativa correta conforme entendimento consolidado no âmbito do STJ:

a) o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, cabendo Agravo de Instrumento, para além das hipóteses legais, toda vez que não for possível, em vista do prejuízo imediato sofrido pela parte, se aguardar a sentença para reversão da decisão interlocutória através da apelação;

b) o rol do art. 1.015 do CPC é taxativo, não cabendo Agravo de Instrumento fora das hipóteses ali previstas;

c) o rol do art. 1.015 do CPC é exemplificativo;

d) a discussão sobre o tema é irrelevante, porque nas hipóteses em que não cabível Agravo de Instrumento à luz do art. 1.015 do CPC, as decisões interlocutórias são atacáveis por mandado de segurança contra ato judicial.

4. Sobre a flexibilização do procedimento, assinale a alternativa correta:

a) de acordo com o CPC, juiz pode adotar em cada caso a solução procedimental que entender mais adequada, calibrando o rito às especificidades da causa;

b) desde que sejam capazes e o direito autocomponível, podem as partes, por convenção processual, ajustar o procedimento às especificidades da causa;

c) as regras do procedimento garantem segurança e previsibilidade ao sistema processual, pelo que nem as partes, e nem o juiz, podem alterá-las;

d) de acordo com o CPC o juiz pode, em caráter excepcional e exclusivamente, inverter a ordem de produção de provas em audiência, a fim de ajustar o procedimento probatório às particularidades objetivas e subjetivas do caso;

5. Assinale a alternativa que corresponde a uma hipótese que não é considerada intervenção de terceiros típica pelo CPC:

a) assistência

b) oposição

c) incidente de desconsideração de personalidade jurídica;

d) denúncia à lide

6. A partir da Lei 14.230/2021, nas ações de improbidade administrativa típicas, regidas pela Lei 8.429/1992, inexistem:

a) reexame necessário da sentença de improcedência do pedido;

b) indisponibilidade de bens do agente que os intente dilapidar;

c) prescrição da pretensão atinente às sanções cabíveis;

d) possibilidade de acordo do agente ímprobo com o MP.

7. Em boa parte dos conflitos coletivos pela posse de imóveis rurais, tem-se por detrás da ação possessória uma questão social, atinente à inexistência de medidas concretas a bem da realização de assentamentos (reforma agrária). Em virtude da importância da questão social posta, o CPC determina algumas medidas processuais que tem por escopo mitigar os danos derivados da decisão a ser tomada nestas ações. Assinale a única alternativa que não corresponde ao modelo processual destas ações:

a) é necessária a intimação do Ministério Público e, em havendo hipossuficientes econômicos, da Defensoria Pública, a fim de zelarem pelos interesses sociais e dos necessitados alcançados pela solução da disputa;

b) será realizada audiência de conciliação/mediação prévia obrigatória nas possessórias de força velha (rito comum) com pedido de liminar, bem como naquelas que já tenha decorrido o prazo de 01 (um) ano sem que a tutela provisória deferida tenha sido cumprida;

c) serão intimados para participarem das audiências de conciliação/mediação os órgãos municipais, estaduais/distritais e/ou federais responsáveis pela política agrária, a fim de que colaborem na tentativa de solução consensual do conflito;

d) há vedação à concessão de liminar *inaudita altera pars* nas possessórias de força nova (rito especial), devendo sempre a coletividade invasora, por seus representantes, ser previamente ouvida.

8. Sobre a garantia constitucional do devido processo legal, assinale a alternativa incorreta:

a) sua previsão expressa na CF seria suficiente para abarcar todas as demais garantias constitucionais do processo (“princípio mãe”);

b) tem conteúdo e contornos fixados pela doutrina e jurisprudência, sendo variáveis no tempo e no espaço;

c) há considerável parcela da doutrina e da jurisprudência que admite sua incidência nos processos decisórios de natureza privada;

d) compreende a vedação para que o Estado/Juiz indefira a produção de provas no curso do processo, considerando que abrange a garantia constitucional da ampla defesa.

9. Para a doutrina amplamente majoritária que as reconhece, são condições da ação:

a) possibilidade jurídica do pedido, legitimidade e interesse processual;

b) legitimidade e interesse processual;

c) competência do juízo, legitimidade e interesse processual;

d) inexistência de coisa julgada, competência do juízo, inicial apta e citação.

10. Assinale a única alternativa que não corresponde ao regime jurídico processual do recurso extraordinário:

a) é indispensável a indicação/comprovação da repercussão geral da questão constitucional debatida;

b) havendo múltiplos recursos sobre a mesma questão constitucional, é possível a afetação para que sejam julgados no regime dos recursos repetitivos;

c) a competência para o seu julgamento é do Superior Tribunal de Justiça;

d) ressalvada a intempestividade, vícios formais de menor gravidade poderão ser desconsiderados pelo Tribunal a bem do julgamento do mérito do recurso.

11. Assinale a alternativa incorreta quanto chamamento ao processo. O chamamento é cabível:

- a) para o afiançado acionado judicialmente pelo débito integrar ao processo o fiador;
- b) para o devedor solidário acionado judicialmente pelo débito integrar ao processo o co-devedor solidário;
- c) para o fiador acionado judicialmente pelo débito integrar ao processo o co-fiador;
- d) para o fiador acionado judicialmente pelo débito integrar ao processo o afiançado.

12. Sobre o regime da coisa julgada assinale a alternativa correta:

- a) a coisa julgada recai sobre todas as questões de fato e de direito julgadas, que se tornam imutáveis e indiscutíveis acaso não seja interposto recurso;
- b) a coisa julgada recai sobre a questão prejudicial de mérito acaso a parte interessada a requeira, por intermédio da ação de declaratória incidental;
- c) a sentença extintiva sem análise do mérito não é, como regra, alcançada pelos efeitos da coisa julgada material;
- d) o efeito positivo da coisa julgada impede que a parte reproponha a mesma demanda dantes julgada.

13. Quanto aos efeitos, o litisconsórcio pode ser:

- a) simples ou unitário;
- b) ativo ou passivo;
- c) necessário ou facultativo;
- d) inicial ou ulterior.

14. A arbitragem é mecanismo de solução dos conflitos através do qual as partes capazes, em causas relativas a direitos patrimoniais disponíveis, submetem a decisão do conflito a um particular, que atua como juiz de fato e de direito da causa. Assinale a alternativa que corresponde a uma característica da disciplina jurídica processual da imparcialidade do árbitro:

- a) o árbitro não se sujeita às regras de impedimento e suspeição estabelecidas no CPC;
- b) as regras do CPC sobre impedimento e suspeição também são aplicadas ao árbitro, sendo vedado às partes renunciar a elas;
- c) pelo dever de revelação o árbitro é obrigado a comunicar às partes qualquer fato que denote dúvida justificada quanto à sua imparcialidade e independência;

d) a sentença proferida por árbitro impedido pode ser anulada pelas partes perante o Poder Judiciário, não sendo possível, contudo, a mesma providência quanto à sentença proferida por árbitro suspeito.

15. Regra geral, a citação no processo civil brasileiro é feita:

- a) por carta;
- b) por meio eletrônico
- c) por mandado
- d) por edital

16. Sobre os recursos, assinale a alternativa que corresponde ao princípio da dialeticidade recursal:

- a) o recorrente deve impugnar no recurso especificamente os fundamentos invocados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento;
- b) os recursos devem ter expressa previsão legal para ser considerados como tal;
- c) como regra, cada decisão só pode ser atacada por um único recurso cabível;
- d) compete ao Tribunal, constando a existência de vício formal e sanável que impeça o conhecimento do recurso, ordenar o suprimento do vício no prazo de 05 dias.

17. Assinale a alternativa que corresponde ao entendimento atual do STJ a respeito da penhorabilidade do salário do devedor:

- a) o salário é impenhorável, excetuada, exclusivamente, a hipótese de execução de obrigação alimentar;
- b) o salário é penhorável sem limitações;
- c) o salário, como regra, é impenhorável, podendo, excepcionalmente, ser penhorado exclusivamente nas hipóteses expressamente previstas na legislação;
- d) o salário, como regra, é impenhorável, podendo, excepcionalmente, ser penhorado nas hipóteses expressamente previstas na legislação, ou acaso se constate, pela situação específica do caso concreto, ser possível que a medida recaia sobre parcela dos vencimentos do devedor que não prejudique a sua subsistência;

18. Conforme o CPC, o Ministério Público não intervém como fiscal da ordem jurídica:

- a) nos conflitos coletivos pela posse da terra urbana;
- b) nas ações relativas à questão de estado e/ou capacidade das pessoas, salvo se houver interesse de incapazes;

- c) nas ações de família em que haja parte vítima de violência doméstica e familiar;
- d) nas ações em haja interesse público/social.

19. Sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta:

- a) por se tratar de garantia constitucional, a medida não se sujeita ao pagamento de custas e honorários;
- b) pode ser impetrado contra os atos de gestão pública praticados por delegatários e concessionárias de serviço público;
- c) não é cabível contra lei em tese, salvo se de efeitos concretos;
- d) ressalvado as hipóteses de decisões teratológicas, não cabe contra decisões judiciais transitadas em julgado;

20. A competência para julgar mandado de segurança contra ato judicial ilegal e abusivo praticado por órgão colegiado do Tribunal de Justiça é:

- a) do próprio Tribunal de Justiça;
- b) do Supremo Tribunal Federal;
- c) do Superior Tribunal de Justiça;
- d) do Tribunal Regional Federal que abrange o território do Tribunal.